

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO E TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DA ESFERA PÚBLICA

Resumo

A análise da crise do capitalismo é de fundamental importância para uma análise das possibilidades de desenvolvimento da esfera pública e de universalização das políticas sociais. No momento em que a lógica do capital necessita retirar os ganhos sociais visando recompor os níveis da produtividade em queda, devido à crise, perde-se os espaços a negociação e a medidas distributivas de caráter universal. A lógica contraditória do capital, propensa a crises permanentes, e inseparável, hoje, do desemprego massivo, não deixa opção ao trabalho – ou superá-lo, ou se inclinar diante dele e, assim, aceitar conviver com graus variados de desigualdade.

Abstract

The analysis of the crisis of capitalism is of fundamental importance for an analysis of the possibilities of development of the public sphere and of universalization of the social welfare. When the logic of the capital needs to remove the social expenses seeking to recompose the levels of the productivity, due to the crisis, the spaces for negotiation and to distributive measures disappear. The contradictory logic of capital, prone to permanent crises are inseparable, today, of chronic unemployment, and opens to labour only two options: overcome capital, or to submit to it and accept to live under varied degrees of inequality.

Keywords: structural crisis of the capital, chronic unemployment, inequality, social welfare, socialism.

Há um relativo consenso entre os teóricos quanto ao surgimento do que conhecemos como crise contemporânea do capitalismo. Tal crise é comumente relacionada ao fracasso do Estado do Bem-Estar Social, cuja consolidação se deu no período pós-II Grande Guerra nos países avançados, sendo este processo mais precisamente observável a partir dos anos 70. Soma-se a isso, com desdobramentos e modo de eclosão distintos, a crise que caracterizou o fim da experiência soviética do “socialismo real”, sendo esta, à sua maneira, mais uma manifestação da crise global que se universaliza no final do século XX.

Na verdade as crises das últimas décadas do séc. XX, tanto no Ocidente como no Leste Europeu, apesar das significativas distinções existentes entre elas estão estreitamente associadas a uma crise estrutural do sistema do capital, cuja causalidade unifica tais manifestações particulares e seu impacto global. Tal crise estrutural, como as demais crises cíclicas já experimentadas pelo capitalismo (lembramos a crise de 29), pode ser definida, de acordo com a análise de Mandel (1990:211), como uma “crise de superprodução de valores de troca”. A acumulação capitalista, conforme formulação de Marx na *As Teorias da Mais-Valia* recuperada por Mandel (1990:219), baseia-se na lei geral da produção do capital sempre impulsionada para a expansão, sem consideração dos limites do mercado ou das necessidades humanas, o que acarreta periodicamente um desequilíbrio entre produção e circulação - entre o crescimento da taxa de lucro e a realização da mais-valia.

A análise da natureza da crise é de fundamental importância para uma avaliação crítica das possibilidades de desenvolvimento e universalização das políticas sociais e de expansão da esfera pública, na medida em que esses desenvolvimentos estão condicionados tanto pelo êxito das propostas privatistas da direita consubstanciadas no projeto neoliberal, quanto pela viabilidade de se enfrentar a crise com as propostas da esquerda, as quais têm variado entre a retomada de um projeto neokeynesiano de crescimento econômico, ou a construção de uma alternativa distante tanto do socialismo como do neoliberalismo – uma terceira via, como temos visto ser adotada por alguns países avançados. Parece predominar a idéia de que não haveria mais lugar para uma proposta de superação do capital.

O sistema do capital se caracteriza por operar em meio a sucessivas recessões e retomadas de crescimento, tendo tomado forma, no último longo ciclo expansivo nos países avançados, o denominado Estado do Bem-Estar Social. O Estado do Bem-Estar Social consubstanciou a forma mais adequada, no pós - II Guerra Mundial, às medidas necessárias à realização crescente da mais-valia. A intervenção que o Estado passa a ter na economia altera o papel anterior por ele desempenhado no capitalismo concorrencial, e vem auxiliar o padrão de acumulação de capital de forma mais direta e interventiva, fundado na associação do fordismo e do keynesianismo, que se torna dominante por mais de meio século.

Vejam como se deu desde o início esse processo. Para o fordismo produção em massa exigia o correspondente consumo de massa. O conjunto de medidas que desencadeou, visando consolidar um novo sistema de produção industrial, afirma Harvey (1992:121), implicou inovações não só produtivas, mas um “novo sistema de reprodução da força de trabalho”, um “novo controle e gerência do trabalho” e um novo tipo de sociedade democrática, moderna e populista.

Todavia a necessária realização da mais-valia crescentemente produzida exigia muito mais que o esforço do fordismo em estimular o consumo de massa, pois, no reverso da moeda, aumentou-se também a competição entre os capitalistas e a resistência dos trabalhadores ao fordismo; assim, adveio a crise de 29. A recuperação do capitalismo diante da crise de 29-33 só foi possível com a intervenção do Estado e a implantação do keynesianismo com o objetivo de aumentar o consumo através da injeção de recursos públicos no conjunto da economia. De acordo com Chico de Oliveira (1999), o Estado que antes só se dispunha a gastar o que arrecadava, passa a adotar uma postura *ex-ante*, na medida em que antecipa o gasto e passa a intervir no automatismo do mercado com a utilização dos fundos públicos, cujo objetivo é tanto financiar a acumulação do capital monopolista como a reprodução da força de trabalho.

A consolidação dessa associação entre o fordismo e o keynesianismo somente se completou após 1945, com a superação da firme resistência dos trabalhadores à implantação das rotinas do trabalho repetitivo e parcelizado implantadas pelo fordismo-taylorismo (por meio da cooptação dos sindicatos e do ataque político ao movimento operário mais radical) e a adequação dos mecanismos de intervenção estatal (políticas fiscais e monetárias, políticas de investimento, políticas de controle do trabalho e de complementação dos salários através dos gastos sociais) aos objetivos de demanda crescente. A integração desse conjunto de medidas na esfera da produção e da reprodução social proporcionou o surgimento de um período de expansão econômica, de crescimento imperturbado, que vai de 1945 a 1973. Essas as condições políticas e econômicas que proporcionaram a formação e implementação do Estado de Bem-Estar Social nos países avançados, sendo este reconhecido pelas altas taxas de crescimento econômico, pelo aumento do padrão de vida dos trabalhadores, pelo convívio democrático entre as classes (sustentado com base nos compromissos pactuados entre o capital e o trabalho) e pelo deslocamento das contradições inerentes ao capitalismo, evitando-se, por certo tempo, a permanente tendência a crises.

O Estado do Bem-Estar Social, e as vantagens decorrentes do crescimento econômico tanto para o capital global como para o trabalho, só pôde permanecer enquanto durou a fase de ascendência do capital. A expansão do capital encontrou seu limite quando não mais dispunha do crescimento dos mercados e da ocupação de novos territórios para colocar a crescente produção de mercadorias.

No período subsequente, a produção, para dar seguimento à realização do lucro almejado, deixa de visar a ampliação do consumo e dos mercados, diante das impossibilidades objetivas de fazê-lo, reduzindo a taxa de utilização dos produtos, nos moldes do que Mészáros chamou (2002:670) de produção dissipadora-destrutiva (chegando-se à destruição direta de riqueza

acumulada para se livrar do “capital superproduzido”); e, com a redução da vida útil das mercadorias, pode, assim, dar vazão à superprodução das mercadorias numa circulação acelerada.

O desenvolvimento das forças produtivas que permitiu um crescimento econômico, antes nunca visto, não pode escapar de uma contradição básica do capitalismo – o progresso técnico é poupador de trabalho, não é neutro, lembra-nos Mandel (1990), portanto, superprodução de mercadorias e a conseqüente eliminação de seus potenciais consumidores repõem as condições para uma nova crise. Junta-se a isso a desmobilização do movimento operário organizado, e seus sindicatos, resultante da política de compromisso pactuada com o capital durante o Estado do Bem-Estar Social, e a conseqüente insuficiente resistência dos trabalhadores à degradação das antigas condições de trabalho. Diante dessas condições, e da impossibilidade do Estado de contornar a crise fiscal e o esgotamento do padrão de financiamento dos gastos sociais, ato contínuo à crise estrutural do sistema, a alternativa que se apresenta como reação do capital à crise constitui-se na ofensiva neoliberal, em preparação teórica por Hayek e Popper desde os anos 40, encontrando somente agora as condições objetivas para sua propagação. Seu objetivo principal é restabelecer a expansão e a acumulação do capital sobre novas formas de extração da mais-valia do trabalho, e para isso processa tanto inovações no processo produtivo - a “acumulação flexível”, nos termos postos por Harvey (1992) -, como mudanças na gestão da força de trabalho, com o necessário cerceamento das atividades políticas dos trabalhadores. Temos como resultado imediato desse movimento do capital em direção à subordinação autoritária do trabalho, tanto a desregulamentação das relações de trabalho, como a retomada da parcela da produtividade antes transformada pela luta dos trabalhadores em ganhos sociais.

Diante dos imperativos de crescimento expansivo, condição inexorável do modo de existência do capital, da desvalorização da força de trabalho, do desemprego estrutural, e do enfraquecimento histórico da resistência operária organizada, motivada pelo fracasso das tentativas de substituição do capitalismo pelo socialismo experimentadas tanto pelos social-democratas como pelo “socialismo real”, pensar no restabelecimento dos padrões de financiamento das políticas sociais do *Welfare State* é reincidir na mesma crença da luta defensiva do passado que supunha possível se ganhar espaços no capitalismo para a construção da emancipação do trabalho. E mais, é não levar em conta o efeito nocivo de tais derrotas sobre a consciência dos trabalhadores, desencorajando lutas mais ofensivas em vista da derrota de até mesmo esparsas reivindicações defensivas, uma vez que nem mesmo se questiona a natureza de classe (o antagonismo ineliminável entre o capital e o trabalho) das desigualdades contra as quais se luta.

No momento em que a lógica reprodutiva do capital necessita retirar os ganhos sociais obtidos para, por um lado, recompor os níveis desejados da produtividade em queda devido à crise,

e, por outro, quebrar a resistência dos trabalhadores para a acentuação da taxa de exploração em defesa da apropriação crescente de mais-valia, perde-se os espaços a negociações e a medidas redistributivas de renda de caráter universal na esfera pública, antes possibilitadas pela fase expansionista do capital. A negociação entre as classes, antes louvada como mais produtiva que o confronto, perde sua utilidade conciliadora e democratizante diante das necessidades da auto-reprodução do capital e da preservação do sistema global.

O neoliberalismo promoveu uma substantiva reorientação das políticas sociais, numa clara inflexão do compromisso da esfera pública do *Welfare State* para uma política privatista dos serviços sociais e de transferência da responsabilidade social para a sociedade como um todo. Surge neste contexto, segundo Mota (1995), uma “etérea cultura da solidariedade social” – um novo fetiche da “ajuda solidária” - centrada na constituição de redes de proteção social, políticas de combate à pobreza, comunidades solidárias e expansão dos programas de assistência social. É com base no mesmo conceito abstrato de solidariedade que ganhou força, segundo Montañó (2002), a idéia do Terceiro Setor, a qual seria “impulsionadora de valores altruístas, colaboracionistas, numa conjunção de interesses comuns entre trabalhadores, capitalistas e cidadãos em geral”, no mais claro espírito de “ajuda ao próximo”.

O apelo solidário da proposta neoliberal de combate à desigualdade social não é, no entanto, exclusividade da direita, muitas posições que se propõem a defender o ponto de vista de classe do trabalho foram seduzidas pelas propostas de ação solidária e de integração social dos desassistidos, e vêem nesse novo espaço público não-estatal uma alternativa ao paternalismo burocratizado do Estado do Bem-Estar Social, ou um suposto ganho de liberdade e autonomia do trabalho. A liberação da “sociedade civil” do atrelamento ao Estado interventor possibilitaria a construção de “novas” esferas públicas, pois, não-estatais, desobrigando o Estado, além do mais, do financiamento direto das políticas sociais e assistenciais decorrentes das ações solidárias. A parcela do fundo público antes destinada aos gastos sociais teria agora, no contexto da desresponsabilização do Estado com as demandas sociais, um uso mais seletivo, na medida em que restariam sob a responsabilidade do Estado apenas algumas ações seletivas e residuais de assistência aos pobres e aos excluídos do mercado de trabalho, estando aos demais trabalhadores garantido o “acesso livre” ao mercado de serviços e produtos.

Todo o esforço empreendido de ampliação da esfera pública e de maior destinação dos fundos públicos para os gastos sociais, que caracterizou, nos países avançados, o *Welfare State*, e que, no Brasil, viu-se expresso no processo de democratização que institucionalizou os direitos sociais em 1988, sofre uma séria reversão sob a orientação estratégica neoliberal de enfrentamento da crise estrutural. A interferência da sociedade organizada na destinação dos gastos públicos sofre,

assim, um forte abalo, e, quando mantida, torna-se cada vez mais restrita à administração e aplicação seletiva de recursos sociais escassos.

Os espaços de participação da sociedade na esfera pública, ao invés de realizarem os objetivos propostos de neutralização dos mecanismos do mercado e das práticas clientelistas do Estado, acabam por se tornar parceiros da contenção dos gastos sociais, imposta pelos interesses do capital em recuperar a lucratividade do sistema como um todo. É o que vemos com o Orçamento Participativo, modelo de participação popular no Estado utilizado pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil, o qual, segundo afirmação de críticos egressos do próprio governo do Rio Grande do Sul (ex-secretário de Recursos Humanos – Jorge Buchabqui¹), serve de “camisa de força para conter todas as exigências dos trabalhadores”, ou ainda, quando a reivindicação dos trabalhadores conflita com a distribuição de recursos, a expectativa do governo democrático é, segundo André Passos Cordeiro² (coordenador geral do Orçamento Participativo da Prefeitura de Porto Alegre), que eles devem compreender a necessidade de apertar o cinto e aceitar os cortes, junto com todo mundo.

Está aí implícita uma concepção, difundida, principalmente, por Chico de Oliveira (1999) em sua teoria sobre os fundos públicos no contexto de um novo modo social-democrata de produção, que o Estado encontra-se radicalmente descolado da sociedade, e que, portanto, pode ser alvo de disputa entre as diversas classes em busca de um “consenso racional”, fruto da vontade consciente das classes, que transcenda seus interesses particulares ao aprenderem a querer o que é universal (Teixeira, 1997). Na sociedade atual, a relação capital-trabalho não constitui mais uma “relação de anulação”, caracteriza-se como um “antagonismo convergente” que resulta numa forma transformada de luta de classes, típica do *Welfare State*. Trata-se, segundo essa concepção, não mais de uma luta direta entre inimigos-contentores – um conflito aberto - mas da “construção de pactos politicamente negociados entre as partes.” (Teixeira, 1996:11)

A crise vem abalar essa concepção de ampliação da esfera pública e da possibilidade democrática de controle social sobre a destinação dos fundos públicos de acordo com os interesses dos trabalhadores, a qual vê seus objetivos se distanciarem da ação efetiva do Estado, senão mesmo, voltarem-se contra suas intenções originais de democratização, ao absorverem as metas de enfrentamento da crise delineadas pelo capital global.

Resta saber se esse movimento em direção ao mercado, com a privatização dos direitos sociais, à sociedade da integração das classes, em que todos passam a ser apenas cidadãos, e ao

¹ Entrevista (“Porque eu renunciei ao governo do Estado do Rio Grande do Sul”) divulgada pela Internet, através de e-mail enviado pela 3vice@pt.org.br, em 18 de janeiro de 2001.

² Texto (“A Falência política do ‘Orçamento Participativo’”) divulgado pela Internet, através de e-mail enviado pela 3vice@pt.org.br, em 18 de janeiro de 2001.

Terceiro Setor, às Ong's etc., reflete apenas uma inflexão conjuntural como reação a uma crise cíclica como as anteriores, ou imprime um novo desafio para a relação capital-trabalho? Em outras palavras, poderíamos restabelecer, mesmo que em outro patamar e condições históricas, um neokeynesianismo e um novo pacto politicamente negociado entre o capital e o trabalho – as classes fundamentais da sociedade contemporânea, ou uma Terceira Via, como advogam os intelectuais social-democratas de última geração como Giddens? Enfim, é possível a superação da crise contemporânea e o restabelecimento de um novo ciclo expansivo que favoreceria a retomada e expansão dos direitos sociais?

A crise estrutural que enfrentamos é estrutural porque atinge a todas as esferas e setores da atividade produtiva e reprodutiva do sistema do capital global. Os ajustes estratégicos utilizados para o deslocamento das contradições detonadoras das crises anteriores já não apresentam a mesma eficiência. A atual situação da crise significa restrição à expansão do sistema como um todo, gerando uma instabilidade permanente, a despeito dos ajustes pontuais e temporários obtidos. É o que, para Mandel (1990), pode ocorrer com o uso de técnicas neokeynesianas de retomada do crescimento: “apenas terá efeitos positivos muito restritos, especialmente limitados no tempo”.

As características definidoras da crise atual é ser cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, o que, segundo Mészáros (2002), impossibilita vislumbrar-se para o futuro a retomada de um desenvolvimento saudável e sustentado do capitalismo. O sistema do capital somente pode prosperar de acordo com a lógica do capital, ou seja, a produção ampliada do lucro, e, hoje, atender a esse objetivo significa austeridade, afirma Mandel (1990), refletida nas propostas neoliberais e em tudo que elas significam em termos de perdas para o trabalho.

Uma outra alternativa à crise incorpora a idéia de que se pode construir “uma nova sinergia entre setores público e privado”, utilizando o dinamismo dos mercados, em consonância com o interesse público. Entretanto, avalia Mandel (1990), uma alternativa conciliatória – uma economia mista -, com a permanência do capital, não se sustentaria no tempo; a realização de interesses antagônicos não dispensa a relação hierárquica, a submissão do trabalho aos objetivos da extração da mais-valia, e a repressão a seus projetos políticos emancipatórios, como temos visto na história recente com o recrudescimento da crise e a acentuação da taxa de exploração tanto nos países avançados como nos periféricos.

Dada a natureza da crise, se Mészáros estiver certo, parece não ser provável a retomada do crescimento dentro dos marcos estruturais do sistema do capital; prova disso tem sido a incapacidade do neoliberalismo de construir uma alternativa viável para o capital. Diante disso, a “barbarização da vida cotidiana”, preconizada por Netto (1995), pode tornar-se realidade.

Nesse sentido, a permanência do capital e de seu modo de existência contraditório, propenso a crises permanentes, e inseparável, hoje, do desemprego massivo, não deixa opção ao trabalho – ou superá-lo ou se inclinar diante dele (Mandel, 1990), e, assim, aceitar conviver, no tempo, com graus variados de desigualdade e de proteção social. Nesse sentido, resta ao trabalho optar por outra lógica de reprodução social, baseada na satisfação das necessidades sociais e na construção de uma sociedade em que desapareçam o capital, o trabalho abstrato e o Estado.

Assim, a contradição entre a esfera pública e privada, entre o *bourgeois* e o *citoyen* conforme formulação de Marx (2005), na *Questão Judaica*, perderia todo o sentido, pois os indivíduos estariam ocupados em construir uma sociedade emancipada de toda forma de exploração.

Bibliografia:

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1992.

MANDEL, E. *A Crise do Capital*. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MARX, K. *A Questão Judaica*. São Paulo: Centauro, 2005.

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

NETTO, J.P. - “Crise Global Contemporânea e Barbárie”. *In: vv.aa.- Liberalismo e Socialismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

OLIVEIRA, F. “Globalização e Antivalor: uma antiintrodução ao antivalor”. *In: Freitas, M. C. (org.). A Reivenção do Futuro*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

TEIXEIRA, F. J. S. *A Economia Política da Social-democracia – uma análise crítico-comentada*. (mimeo). Fortaleza, 1997.